

Se não quer ajudar, não atrapalhe



» OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BARROS
General da reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

A polarização ideológica que invadiu nosso país passou dos limites razoáveis para um convívio social saudável. É o meio que a intensifica são as mídias digitais. E não adianta oferecer contraponto às bizarrices que lá circulam, pois não há espaço para persuasão. Antes que qualquer diálogo, as pessoas estão convencidas da irreversibilidade de suas opiniões.

Parte da sociedade se escravizou pela liberdade das mídias digitais, juntando-se a grupos que falam a sua linguagem e cujas lideranças arremetam os preguiçosos por pensar, pensando por eles. Nesse ambiente, essas pessoas foram sendo exponencialmente infectadas pelo vírus da incompreensão, ao ponto de se tornarem zumbis hipnotizados pelos smartphones.

Não precisamos de profunda pesquisa antropológica para medir essa tese. Sente-se em um banco de um parque, de um shopping center, de um aeroporto ou de um transporte público. Observe as pessoas que passam diante de você. Celular na mão, digitando insanamente, tropeçando aqui e acolá, ansiosas por encaminhar as mensagens recebidas sem sequer avaliá-las quanto ao mínimo de veracidade.

Por isso, é preciso afrontar prontamente o comportamento oligofrênico que alguns indivíduos assumiram ao divulgar inverdades sobre a catástrofe meteorológica que arrasou a Região Sul do país e que deixou milhares de desabrigados, centenas de mortos e devastação impossível de quantificar.

Justapostos aos fatos dantescos que os órgãos de comunicação nos deram a conhecer, comentários desairosos quanto às ações desencadeadas passaram a circular

nos aplicativos e grupos de notícias. Esses “especialistas de google” têm todas as respostas para as questões climáticas e as discutem com a profundidade de uma lâmina de água. Mas não sabem diferenciar cumulus de nimbus.

Sabem pilotar um helicóptero de última geração, fazer um arriscado fast rope e descer em áreas inundadas, ou içar pelo gancho um bebê com hipotermia que poderia vir a óbito em pouco tempo. Mas nunca entraram em um helicóptero. Conduzem o timão de um poderoso navio de guerra, reconhecem as cartas náuticas e dominam a logística de carregamento nos porões dessa belonave. Mas só viram um navio de grande porte nas telas de cinema. Decolam com aeronaves cargueiros no limite do peso, em pistas curtas e molhadas, a qualquer dia ou hora. Mas suas habilidades advêm do manejo de joysticks que comandam games em telas das TVs e no conforto de suas salas. Felizmente a realidade se impõe a essas fanfarrônicas infantis.

Diversas autoridades, em todos os Poderes e em todos os níveis da administração deixaram ao costado divergências e se uniram em propósito comum. Os órgãos de defesa civil, de segurança pública, organizações não governamentais, meios de imprensa, setores do serviço, comércio e da indústria, Forças Armadas e, principalmente, a sociedade, que sofre enquanto ajuda, venceram o pecado do egoísmo com a virtude da cooperação.

Os dados disponíveis a seguir foram obtidos na quarta-feira última (8/5), junto ao Comando Conjunto Sul, estrutura montada pelo Ministério da Defesa para conduzir a Operação Taquari 2, que reúne várias agências governamentais e não governamentais:

- Estimativa de mais de 56.000 pessoas resgatadas, além de 5.200 animais;
- Apoio a 414 municípios mais severamente atingidos;
- Cerca de 17.000 militares, policiais e outros agentes envolvidos na operação;
- Cerca de 2.700 viaturas e 80 equipamentos de engenharia aplicados no terreno;
- Mais de 42 aeronaves de asa fixa e rotativa voando sobre a área de operações;
- Um navio multitarefa da Marinha do Brasil e 270 embarcações;
- Quatro hospitais de campanha desdobrados no terreno;
- Milhares de litros de água potável distribuídos para pessoas isoladas, hospitais e abrigos; e
- Centenas toneladas de refeições, mantimentos e medicamentos fornecidos.

As expectativas meteorológicas continuam preocupando. O caos social está presente no dia a dia tanto de abastados quanto de remediados. Certamente as operações ainda vão muito longe. As instituições envolvidas seguem de prontidão, cumprindo suas missões com espírito resiliente para absorver críticas e inabaláveis na vontade de apoiar física e emocionalmente todos os afetados.

Se, diante dos fatos, alguns antolhados ainda não estiverem convencidos do esforço despendido ou não quiserem ajudar, que não atrapalhem. Voltem ao celular e continuem postando mais dancinhas em seu aplicativo favorito. Os que quiserem ajudar, e sabemos que é a imensa maioria dos brasileiros, alinhem-se no esforço. Em todo país, milhares de postos de coleta estão reunindo e enviando ajuda aos desabrigados. O seu pouco será muito para quem nada mais possui.

Os desafios orçamentários para transição energética

» CÁSSIO CARDOSO CARVALHO
Assessor político do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

A transição energética tem sido pauta central no Brasil no primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, algo a se comemorar, visto o hiato em que vivemos entre 2016 e 2022, com a regressão energética e o negacionismo climático e ambiental propagados pelas administrações Temer e Bolsonaro. No entanto, com os recentes acontecimentos de impacto socioambiental, a descarbonização da matriz energética do país é um problema que passou da hora de ser discutido.

A narrativa brasileira é, por vezes, dúbia devido à aposta na expansão da exploração de combustíveis fósseis — atualmente o Brasil se configura como o nono maior produtor global de petróleo, tendo como planejamento governamental, ainda nesta década, ocupar a quarta posição. Essa expressiva expansão só é possível graças ao aporte de volumosos incentivos fiscais por parte da União.

Considerar a transição energética para além da diversificação ou substituição de fontes nas matrizes é o desafio posto para que possamos configurá-la como justa socioambientalmente. Assim, é essencial levar em consideração fatores como: i) os impactos sociais e ambientais causados ao longo da cadeia de produção, antes das fontes iniciarem seu processo de geração; ii) a formação profissional e a geração de empregos; e, iii) o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde os empreendimentos de geração de energia são alocados, respeitando seus direitos e culturas.

Uma maneira de assegurar a transição é por meio da geração distribuída (GD) de eletricidade, isto é, quando a geração ocorre próxima ao local de consumo. Com a implementação de medidas adequadas para garantir a resiliência do sistema elétrico, seria possível: aumentar a potência instalada do parque gerador do país garantindo maior segurança energética; reduzir a pobreza energética; condicionar a sensação de pertencimento das comunidades que passam a se constituir em consumidor-gerador; maior adaptação das populações impactadas por ocorrências climáticas, sobretudo agricultores familiares, podendo angariar segurança hídrica e alimentar para estas famílias.

A GD vem tendo um crescimento expressivo no Brasil na última década, mas isso não significa que toda a sociedade esteja tendo acesso a esse formato de energia renovável. Por exemplo, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as instalações de GD atingem somente 8% dos consumidores rurais. Dados como esse reforçam a necessidade de políticas públicas e de prioridades orçamentárias para que a geração distribuída possa alcançar amplas parcelas da sociedade, no entanto, não é algo que vem ocorrendo, não da forma e urgência necessária.

Isso fica evidente na análise que o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) realizou, revelando que, entre 2022 e 2023, não houve no orçamento do governo federal programas ou ações destinados exclusivamente

para a expansão da geração distribuída em uma perspectiva social, portanto é difícil dimensionar o esforço do Executivo nessa direção. Note-se, contudo, que o somatório das verbas executadas pelos ministérios de Minas e Energia, Ciência, Tecnologia e Inovação e Agricultura, únicas pastas que continham ações orçamentárias que poderiam destinar-se à GD, aumentaram em 124%, passando de R\$ 564,33 mil para R\$ 1,26 milhão, entre 2022 e 2023. Mas, um gasto de cerca de um milhão de reais está muito aquém do necessário para suprir as necessidades energéticas dos grupos populacionais empobrecidos.

Para 2024, a Lei Orçamentária revela que somente o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) conta com recursos previstos que poderão ser utilizados para a geração distribuída: são R\$ 2,74 milhões, valor superior ao somatório autorizado em 2023 para os ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia e Agricultura que, em 2024, não receberam qualquer dotação de recursos. No entanto, esse valor é considerado muito abaixo do necessário para que a pobreza energética seja superada no país com a contribuição da geração distribuída social.

Instamos, pois, o governo federal a elaborar um plano de geração distribuída social, para que possa atender a população que não tenha acesso a esse tipo de geração de energia, para os próximos anos de modo a eliminar a pobreza energética e pavimentar o caminho para uma transição inclusiva e sustentável.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (Interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Dilúvio

Não será surpresa se, num futuro muito próximo, os governos do Brasil e do mundo resolverem pela criação de uma nova pasta ministerial, elevando para o primeiro escalão da administração pública, o Ministério da Defesa Pública e de Prevenção aos Efeitos do Aquecimento Global. O que a calamidade, sem precedentes, que ocorre no estado do Rio Grande do Sul pode nos ensinar e alertar é que chegou ao nosso país, o tempo das imprevisibilidades e das turbulências atmosféricas.

O planeta parece ter acordado de seu sono secular e, agora, não existe lugar seguro para quem quer que seja. Pior do que tudo é que mais uma vez ficou provado que não estamos nem um pouco preparados para catástrofes repentinas. A resposta oficial, em todos os níveis, ao que ainda vem ocorrendo naquele estado, serviu para aumentar a sensação de pânico coletivo, assegurando a todos que as instituições de defesa do Estado brasileiro não estão à altura, em treinamento, pessoal e equipamentos, para enfrentar esses novos tempos que chegaram.

Fomos, de novo, apanhados de surpresa. Muitos apostam na possibilidade de a frente fria seguir seu caminho natural em direção ao Norte do país. O bolsão de ar quente, estacionado no Centro-Oeste, impediu que as nuvens, espetacularmente, carregadas de água seguissem seu caminho. Com isso, o Rio Grande do Sul, uma das mais importantes locomotivas da economia nacional, conheceu pela primeira vez, o significado da expressão bíblica dilúvio.

De fato, o céu despencou sobre boa parte daquele estado, fazendo um número ainda não conhecido de vítimas fatais, enterrando na lama vermelha milhares de lares e outros estabelecimentos urbanos e rurais. O cenário, para quem viu de perto esse apocalipse, supera o de muitas cidades alvos de bombas e de guerra sangrenta. Não fosse a atuação, sempre heróica e historicamente destemida dos gaúchos, a situação poderia ser ainda mais desesperadora.

Mesmo com esse açoitado vindo do alto, a população deu provas seguidas de que não se rende tão facilmente. A tenacidade e o entusiasmo dos gaúchos mostraram ao resto do país e ao mundo que, em momentos de grande aflição, o que vale são a solidariedade e a união fraterna de todos. As correntes humanas de civis que se formaram, por ar, por terra e sobre as águas, mostraram que, ao contrário dos esforços oficiais, titubeantes e cheios de retórica política e de significados nebulosos, o povo soube tomar para si as rédeas da situação.

Por todo canto, correntes humanas se formaram para acudir aqueles irmãos. Voluntários, inclusive, os que perderam tudo. Obviamente, nessa luta desigual entre o homem e a natureza a colaboração profissional de bombeiros, defesa civil, médicos e outros patriotas foi inestimável.

Passados esses instantes de pesadelo, depois de enterradas cada uma das vítimas dessa tragédia nacional, chegará o momento em que será preciso tomar todas as medidas necessárias para seguir a rota das doações e dos bilhões de reais prometidos na hora da dor. Sem essa preocupação, toda essa dinheirama será, novamente, soterrada pela lama do descaso e da corrupção.

» A frase que foi pronunciada:

“Nas tragédias conhecemos todas as pessoas como elas realmente são.”

Gilberta Brenner

Prata da Casa

- » Aclamado pelo Conselho Universitário como professor emérito, o fagotista e lutier Hary Schweizer deu aula no Departamento de Música da UnB desde 1977. O documento registra que é “justo o reconhecimento ao professor que sempre conduziu as suas atividades com responsabilidade e engajamento exemplar”.

Insano

- » A empresa que valida o atestado médico de colaboradores da Plansul não aceita que alguém da família leve o atestado. Apenas o funcionário pode se apresentar pessoalmente no Conic. O resultado é tosse, vômito, espirro e desmaio na sala de espera. Todos os doentes juntos.

Revolução

- » Simples assim. Você recebe um balde para depositar todo lixo orgânico da cozinha. Paga uma taxa e recebe terra forte para plantar o que quiser. Trata-se do projeto Compostar. Veja no Blog do Ari Cunha.

Expectativa

- » Faltam três comissões para a decisão do projeto que regulamenta a desaposentação no INSS.

Bem de todos

- » Viviane de Almeida, chefe do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente do HBDF, trabalhou com diversas equipes da Instituição a importância da comunicação entre os setores e o reflexo desse diálogo na vida do paciente. A iniciativa é fundamental e poderia ser aplicada em todos os órgãos do GDF.

» História de Brasília

A situação do IAPC em Brasília é dramática, pelo abandono votado do Distrito Federal pelo presidente do Conselho Administrativo. E justamente por causa do sr. Pery Rodrigues, os funcionários não terão apartamentos novos. (Publicado em 07.04.1962)